



QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA

Cristiane Luiza Sabino de Souza¹

RESUMO: Neste ensaio nos referenciamos na tradição marxista da crítica à economia política e na Teoria Marxista da Dependência para colocar em debate a atualidade da questão agrária no capitalismo dependente latino americano. Buscamos evidenciar que, considerada em toda a sua complexidade, a questão agrária reflete na realidade do capitalismo dependente a dinâmica desigual e combinada do capital. Expomos elementos que explicitam a atualidade da questão agrária, sua relação umbilical com a superexploração da força de trabalho e a determinação de ambas no capitalismo dependente. Reforçamos ainda a importância fundamental desse debate para a compreensão das particularidades da chamada “questão social” neste território.

Palavras-chave: Questão agrária; Luta de classes; Superexploração; Capitalismo dependente; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente quando nos referimos a questão agrária, dentro e fora da academia, a impressão é de que estamos nos referindo a um passado remoto, ultrapassado e esquecido, principalmente frente à ideia de um campo moderno e industrial, vinculada ao padrão de produção imposto a partir da lógica do “agribusiness²”, expressa na propaganda da grande mídia como “agro é pop, agro é tec, agro é tudo!”. Frente a essa ideia, as contradições inerentes ao processo de industrialização da produção no campo, são ainda mais fetichizadas e colocam maiores desafios à compreensão da essência da luta de classes.

Neste ensaio colocamos em debate alguns elementos que evidenciem a atualidade da questão agrária no capitalismo dependente latino americano, considerando que a questão agrária, em toda a sua complexidade, reflete na realidade do capitalismo dependente a dinâmica desigual e combinada do capital. Na América Latina, os processos originários do capital, a separação entre terra e trabalho e a sua transformação em propriedade privada e mercadoria, criam uma estrutura histórica – e recria-se a partir dela - na qual as relações de produção exacerbam as contradições e desigualdades inerentes à

¹ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC. Membro do Coletivo Veias Abertas IELA/UFSC. E-mail: crisabino1@gmail.com

² Guilherme Delgado chama a atenção para este termo, traduzido para o português como agronegócio, pois o uso corrente do mesmo, no seu sentido técnico, como resultado do processo de modernização da agricultura não explicita os processos por detrás da mesma, que é o do capital financeiro na agricultura. Assim, Delgado (2011) propõe uma leitura alternativa do mesmo, que dê conta de explicitar que se trata de uma “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob o patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado. Essa associação persegue estrategicamente a captura do lucro multissetorial (medido pelo produto do agronegócio) e da renda fundiária capitalizada, que é ligada a um efeito riqueza, típico do arranjo fundiário nacional, não captado pelo autodenominado Produto do Agronegócio.”



reprodução do capital.

Para discutirmos questão agrária partimos das elaborações de Karl Kautsky (1968), que a entendia como a manifestação da clássica relação contraditória entre capital-trabalho, a partir da organização da produção e do trabalho no campo nos marcos dos desdobramentos do capital. De acordo com este autor, a questão agrária apresenta mudanças históricas e particularidades em cada região ou país, resultado da própria lógica de produção da mercadoria, de aceleração da relação entre o capital constante e o capital variável – composição orgânica de capital e rotação do capital. Para Kautsky (1968), compreendê-la requer ampliar o olhar para além da agricultura, é necessário considerá-la inserida no mecanismo completo da produção e apropriação do valor, da metamorfose da mercadoria em capital, valor que se valoriza a partir da exploração da força de trabalho.

O estudo da questão agrária na sociedade capitalista deve-se centrar na relação entre o **trabalho** - práxis indispensável à reprodução humana em toda e qualquer forma de sociabilidade, que no capitalismo tem a finalidade contraditória de produzir mercadorias a serem objetivadas como valor que se valoriza, como elucidara Marx (2013) – e a **terra**. Compreendida na totalidade dos recursos naturais que a compõe, a terra, no modo de produção capitalista, é central não apenas enquanto indispensável à vida em geral, o é, também, à medida que as relações contraditórias nas quais se assenta o capitalismo a condena como propriedade privada, a ser uma mercadoria e a compor diretamente à reprodução do capital, como capital fictício – **renda da terra**. O domínio do capital sobre a terra determina as condições de realização do trabalho, e, portanto, da reprodução humana. Os interesses vinculados à reprodução do capital se sobrepõem aos interesses sociais gerais, assim, a função social do trabalho e a função social da terra, indissociáveis entre si, são, contraditoriamente, subordinadas à valorização do valor (MARX 1986). A apropriação deformadora da terra e do trabalho é intrínseca à produção social capitalista. Como afirmara Marx (2013, p.574), “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de trabalho social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

No âmbito do Serviço Social, mas também das Ciências Sociais em geral, o debate da questão agrária não encontra terreno tão fértil quanto outros debates. Há também uma tendência de, quando realizado, apresentar a questão agrária de forma fragmentada, principalmente a partir das suas manifestações nos movimentos de luta pela terra, nos embates em torno da reforma agrária, etc. Os conflitos derivados do que se considera questão agrária são apresentados, nesse âmbito como “refrações da questão social”, o que



limita a compreensão sobre o tema, bem como sobre as transformações sociais exigidas, muitas vezes reduzindo-as às políticas sociais ou alternativas que minimizem os conflitos, sem, no entanto, colocar em xeque a estrutura que os produz.

Frente a essa lacuna teórica apontada, necessitamos refletir: é possível tratar a questão agrária apenas como mais uma expressão da “questão social” ou precisamos ampliar o debate para a perspectiva de que a mesma é uma contradição de primeira ordem na relação capital x trabalho na América Latina? Apontamos que pensar a questão agrária, é por em pauta as contradições da produção mercantil em conflito com a reprodução da vida. A atualidade da questão agrária na América Latina nos remete a debatê-la de forma mais ampla e incisiva em todos os espaços sociais.

No campo do Serviço Social é urgente que busquemos mais análises sobre o tema, pois o mesmo está diretamente relacionado às particularidades da chamada “questão social” na América Latina, e ainda são poucas as pesquisadoras da área que empreendem investigações nesse sentido. Dentre estas, é necessário fazer jus aos trabalhos de Marilda Iamamoto, *Trabalho e indivíduo social* (2001), e de Raquel Santos Sant’ana – *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço social* (2012), os quais trazem importantes mediações para a discussão da questão agrária.

Sant’ana (2012) destaca em seu livro as dificuldades que os profissionais do Serviço Social ainda encontram em relação à apreensão da questão agrária como particularidade da questão social no Brasil, a qual não está restrita ao campo, mas envolve dinamicamente a vida na cidade e se expressa na migração, no desemprego, na pauperização, na violência, etc. Iamamoto (2008), também chama a atenção para urgência de que o Serviço Social “tome um banho de realidade brasileira”. A compreensão da “questão social” como uma totalidade que engloba campo-cidade é essencial para que os assistentes sociais possam atuar de forma crítica onde quer que estejam. Assim, é necessário que empreendamos mais esforços também na busca de um acúmulo teórico não apenas sobre a questão agrária, mas sobre os particulares determinantes históricos e estruturais que a conectam a realidade latino americana à totalidade complexa da reprodução social contraditória sob a égide do capital.

A discussão proposta faz, portanto, uma reflexão sobre a questão agrária a partir de seus elementos estruturantes, buscando evidenciar a necessidade de aprofundamento do debate para além de suas manifestações mais aparentes.



2. A essência da questão agrária no capitalismo dependente latino americano.

A estrutura da dependência perpetua a *desigualdade*³ como condição de existência das classes dominantes e impõe as mais vis formas de extração de valor e de opressão como realidade para a classe trabalhadora. É nesse processo anárquico que se manifesta a questão agrária na América Latina. Nesta região, a monopolização privada das terras – transformada em mercadoria, capital fictício – manifesta a desigualdade estrutural e perpetua a questão agrária como um determinante fundamental das relações sociais sobre as quais se baseia a dependência. Desse modo, questão agrária e superexploração da força de trabalho são umbilicalmente ligadas e constituem as condições objetivas da luta de classes neste território.

Na América Latina, a luta pela terra é o fluxo constitutivo de suas próprias *veias abertas*, enquanto território delimitado política, geográfica e economicamente pelos marcos originários do próprio movimento do capital, como nos mostra Eduardo Galeano (2010). O sangue da terra e o sangue das mulheres e homens desta terra enchem as mãos e os bolsos daqueles que a determinam como fonte direta de riquezas naturais e de força de trabalho barata, para a realização de um projeto de sociedade que mantém, inevitavelmente, à margem as a imensa maioria das gentes desse território.

Os dados atuais sobre a luta pela terra, bem como sobre a desigualdade na sua apropriação e o poderio político e social que se estabelece a partir de tal desigualdade, são os balizadores necessários para ilustrarmos o debate da questão agrária ontem e hoje. Isso exige que aprofundemos a investigação dos elementos determinantes da realidade manifesta, na qual a violência⁴ é a marca mais expressiva, sob a qual os trabalhadores têm não apenas direitos e/ou garantias sociais em risco ou violados, mas, também, a própria vida, principalmente aqueles que lutam por terra e trabalho. Os constantes casos de

³ Nosso entendimento de desigualdade, elaborado em SOUZA, 2016, se situa na tradição marxista, que nos permite apreender o processo anárquico inerente a três movimentos conexos: 1) a concorrência intercapitalista entre burguesias internacionais e nacionais que definem através de uma única produção conectada mundialmente uma taxa média de lucro a partir da qual os monopólios tenderão a apropriar-se da mais-valia extraordinária (MARX, 2013; MANDEL, 1985); 2) a relação capital-trabalho em que a base social da produção da riqueza capitalista se baseia na condição de expandir o tempo de trabalho excedente e contrair o tempo de trabalho socialmente necessário, processo do qual emana a extração de mais-valia por um lado e, por outro, a expansão da miséria da classe trabalhadora (MARX, 2013); 3) Nos matizes estruturais do racismo e do patriarcado as quais são, juntamente com a separação de classes, os pilares estruturantes da sociedade capitalista e instituem formas perversas de superexploração, dominação e opressão fundamentadas em diferenciações étnico-raciais e de sexo.

⁴ O debate da violência na América Latina requer um espaço amplo nas nossas pesquisas. A violência, vinculada diretamente a questão agrária é múltipla e muitas vezes imperceptível, outras vezes brutal e aberta; e vai desde a manipulação dos preços dos alimentos de acordo com os interesses dos produtores monopolistas, a contaminação dos alimentos e da água por diversos tipos de veneno até a perseguição e assassinatos de lideranças diretamente vinculadas a luta pela terra e pelo trabalho.



assassinatos de lideranças políticas da luta pela terra engrossam as estatísticas e funcionam como estratégia para incutir o medo e desmobilizar as lutas. Só no Brasil, no ano de 2015, foram registrados 742 conflitos, envolvendo 102.973 famílias e 21.387.150 hectares de terra, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre 2007 e 2015 mais de 300 lideranças entre indígenas, quilombolas e sem terras foram assassinadas no país, sendo que apenas em 2015 foram 50 assassinatos.

De acordo com o relatório da OXFAN (2016), mais da metade da terra produtiva na América Latina está concentrada em 1% dos latifúndios. Na Colômbia, mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações; no Chile e Paraguai, 1% das explorações abarcam mais de 70% das terras. No Brasil menos de 1% das propriedades ocupam mais de 45% das terras produtivas (OXFAN, 2016a). Por outro lado, apesar de responderem por mais de 80% das explorações registradas, as pequenas propriedades rurais utilizam apenas 13% da terra produtiva na região; Colômbia e Paraguai são os países proporcionalmente mais desiguais nesse sentido, 84% das explorações menores administram menos de 4% da superfície produtiva no primeiro, e 91% das pequenas propriedades rurais ocupam apenas 6% das terras no segundo (OXFAN, 2016). No Brasil quase metade dos estabelecimentos tem menos de 10 hectares de terra (47%) e ocupam apenas 2,3% da área total (OXFAN, 2016a).

A desigualdade em relação à terra não se limita à questão da distribuição da superfície produtiva. A concorrência e concentração de poder em torno da terra se intensificaram nos últimos anos com a acelerada expansão do modelo extrativista, baseado na exploração de recursos naturais direcionada à produção de grandes volumes de matérias-primas – recursos minerais, combustíveis fósseis, produtos agroindustriais, pecuários e florestais – fundamentalmente para o mercado global [...] As concessões petrolíferas e minerárias se multiplicaram nos anos 2000 na Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. As plantações florestais na região crescem a um ritmo de mais de meio milhão de hectares ao ano, ocupando uma fração cada vez maior dos territórios no Chile, Brasil e México. A pecuária avança sem parar sobre o Chaco (na Argentina, Paraguai e Bolívia), provocando um dos maiores índices de desmatamento do mundo e ameaçando a sobrevivência e bem-estar de populações indígenas, algumas delas de povos isolados. A produção agrícola, liderada por cultivos como soja, cana-de-açúcar e palma africana, bate recordes de superfície ano após ano no Brasil, Paraguai e Argentina (OXFAN, 2016, p.06).

2.1. Mediações necessárias à compreensão da questão agrária como unidade contraditória fundamental no capitalismo dependente

Para nós é a própria história forjada pelo capital para a América Latina, via colonização e sua posterior inserção na divisão internacional do trabalho de maneira dependente e subordinada (MARINI, 2011), a chave para compreender as particulares contradições da acumulação do capital na região. As guerras coloniais, a subordinação e



destituição dos povos originários de seu modo de vida, o seqüestro e escravização de trabalhadores africanos e a inserção de ambos no movimento produtivo de mercadorias – fomentador do que se chamou de “acumulação primitiva do capital”, conforme evidencia Marx (2013) – foram os processos que deram abertura ao sentido da luta pela terra na América Latina, ontem e hoje. Ao determinar possuidores e não possuidores da terra, tais processos fundam a desigualdade, que se tornara crônica e estrutural a partir dos processos de independências políticas e da inserção deste território na DIT, de modo dependente e subordinado aos interesses dos países imperialistas. Nesses dois momentos históricos estão as raízes tanto da luta pela terra, como dos entraves estruturais a uma situação de maior igualdade no acesso a terra dentro dos marcos da reprodução capitalista na América Latina, como é possível compreender a partir das elaborações teóricas de Marini (2011; 2012), Frank (1967), Vergés (2016; 2011) e Martins (1998), dentre outros.

Frente a primazia da propriedade privada, o desigual acesso a terra, aos meios de produção e ao poder condicionam a apropriação da riqueza produzida, o pagamento de salários abaixo do nível de sobrevivência dos trabalhadores e de saqueio dos recursos naturais na América Latina. Assim, a questão agrária se consolida como um processo inevitável frente produção do valor neste território e se aprofunda sob a égide do capitalismo monopolista em sua atualidade altamente financeirizada (TRASPADINI, 2016).

A partir do debate sobre a renda da terra elaborado por Marx (1986) bem como pelas formulações de Kautsky (1968), é evidente que a questão agrária integra a forma-conteúdo do capitalismo geral. No entanto, dada a dialética do desenvolvimento desigual e combinado (MANDEL, 1985), compreendemos que esta se apresentará, nas particularidades do capitalismo dependente, como uma unidade contraditória complexa que cria as condições objetivas para uma maior desigualdade na relação entre capital e trabalho na América Latina – manifesta na superexploração da força de trabalho.

A dependência, como a condição determinante da inserção deste território na DIT (MARINI, 2011), coloca a questão agrária e a superexploração da força de trabalho como pares indissociáveis, permanentes e estruturais. É a partir desta compreensão que afirmamos que ambas são, portanto, contradições de primeira ordem na relação capital x trabalho no capitalismo dependente latino americano, sintetizam as condições objetivas da luta de classes neste território. Na América Latina, o monopólio privado das terras, a espoliação dos recursos naturais e todo o complexo contraditório de relações sociais que se desdobram daí são fundamentos da produção e expropriação do valor, vão, portanto, além da existência da renda da terra como parte contraditória das relações capitalistas, ainda que



ela seja seu determinante fundamental. Ao contrário dos países centrais onde o movimento do capital e as lutas intracapitalistas buscou minimizar a imponência da renda da terra e seus donatários, no capitalismo dependente, *cooperação antagônica* (MARINI, 2012) entre as burguesias internas e externas, ramificada no intercâmbio desigual, torna o monopólio da terra necessário à continuidade do processo de acumulação do capital neste território, objetivando as condições desiguais fundamentais para impor à classe trabalhadora a superexploração da força de trabalho como meio normal de extração de valor.

Entendemos que um maior amadurecimento do que é a questão agrária, suas determinações e manifestações é de extrema importância para o deslindamento do capitalismo dependente. Assim, buscamos demarcar a questão agrária como *uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes, determinada pela relação terra e trabalho sob a égide do capital*. Os estudos até então realizados por nós, levam-nos à compreensão de que sob a dinâmica da dependência, a questão agrária apresenta um duplo caráter: 1) estrutural, cuja gênese se arraiga na desigualdade inevitável para a continuidade da acumulação capitalista neste território, a qual se amplia em concomitância ao processo de acumulação do capital, que cada vez mais avança seu domínio sobre a terra e os recursos naturais em toda a América Latina, amplia as contradições a si inerentes e forja as condições objetivas necessárias à superexploração da força de trabalho; 2) e como expressão das distintas situações da luta pelo direito a terra e ao trabalho e dos conflitos que delas resultam, mais ou menos acentuados e mais ou menos organizados de acordo com a realidade de cada país e das forças políticas presentes. A nosso ver, somente se consideramos a relação dialética desse duplo caráter da questão agrária na América Latina, principalmente na sua relação com a superexploração da força de trabalho, teremos elementos para explicitar o conteúdo da luta de classes neste território, bem como para traçar as estratégias políticas de fortalecimento da classe trabalhadora contra o capital.

3. Mediações finais

O debate até aqui exposto é parte de estudos a serem aprofundados acerca do tema apresentado, portanto, ele não se conclui neste breve escrito. Nosso esforço foi o de trazer elementos que tornem evidentes a atualidade da questão agrária, sua relação umbilical com a superexploração da força de trabalho e a determinação de ambas no capitalismo dependente.

Compreendendo as relações que estruturam a dependência latino americana, onde a superexploração e a desigualdade se apresentam como condições *sine qua non*, afirmamos



que a questão agrária apresenta-se como elemento determinante no processo de acumulação do capital frente à dependência estrutural na América Latina. A questão agrária se expressa na crescente lacuna entre as condições objetivas de existência e afirmação das classes sociais em disputa. Ela reflete não apenas sobre a parcela da classe trabalhadora que vivencia diretamente o trabalho no campo, mas também sobre a classe trabalhadora na cidade, sob a estrutura de poder econômico, político e social do capitalismo dependente.

A questão agrária e a superexploração da força de trabalho, inseparáveis, situam o núcleo das contradições presentes na relação entre capitalismo dependente e imperialismo. Nesta relação, o trabalho do camponês, eterno migrante, e a monopolização privada da terra são os elementos constitutivos da particularidade histórica das nações “formalmente independentes” que constituem o corpo político da América Latina nos séculos XX e XXI, cujo movimento se desemboca nas precárias condições de trabalho, na informalidade e desemprego estruturais, na violência, etc.

O reforço da matriz agrário exportadora, a partir da cartilha neoliberal e seus preceitos para a América Latina, via Consenso de Washington, colocou, a partir de fins da década de 1980 e de forma programática e acentuada a partir dos anos 2000, a terra e o trabalho na região num patamar de subordinação externa ainda mais profundo (BATISTA, 1994; TRASPADINI, 2016). O denominado agronegócio, apresentado como a fortaleza econômica, principalmente das maiores economias da região – Brasil, México, Argentina e Colômbia – acentua e mantém latente a questão agrária. Frente ao avanço do imperialismo a luta pela terra é cada vez mais criminalizada e ocultada pelo aparato midiático e estatal das classes dominantes, que buscam esvaziar seu sentido e opor distintos setores da classe trabalhadora. A questão agrária é atualizada também seu caráter estrutural, ao passo que o acirramento da disputa pela terra coloca novos elementos e mecanismos de dominação de classe para a realização de valor a partir da terra-mercadoria (HARVEY, 2004), o que na América Latina só pode dar-se a partir da acentuação da superexploração da força de trabalho e de maior espoliação dos recursos naturais.

Pelo exposto, reforçamos nosso entendimento de que é o conteúdo e a dinâmica da luta de classes, frente à acumulação do capital, que devem balizar o estudo do que se chama “questão social”. Sendo a acumulação do capital, neste território, erigida sobre a questão agrária e a superexploração, não é possível, a nosso ver, desconsiderar ou secundarizar, a centralidade de ambas para a compreensão dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados à “questão urbana” e às políticas sociais - expressamente desenhadas para a perspectiva industrial, subordinada aos interesses do capital



monopolista internacional - e para a conformação de uma perspectiva revolucionária a partir realidade latino americana. Isso implica em buscar mais do que as explicações de como se organiza a propriedade, o uso e a forma de produzir na terra é necessário entender como se desenrolam as relações sociais e de poder e as lutas pelo domínio fundiário. Frente à questão agrária na América Latina, o *cativeiro da terra* expressa continuidade da superexploração da força de trabalho no campo e na cidade. Expressa, portanto, a expropriação, a opressão e a crescente miséria da classe trabalhadora em concomitância com o processo de acumulação de capital nas mãos de uma distinta minoria. Nesse sentido a análise deve visar também a reflexão sobre os limites sociais e naturais do capital e reivindicar um novo e urgente projeto de sociedade. O estudo da questão agrária é primordial para entendermos as contradições do capital e suas manifestações no limiar do século XXI e construirmos os caminhos de uma sociabilidade onde a relação entre a terra e o trabalho seja radicalmente diferente.

REFERÊNCIAS:

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino americanos. Disponível em:

<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>

Pesquisa em 22 de março 2017.

DELGADO, Guilherme C. **Uma outra visão do Agronegócio**. Jornal Unesp. Maio de 2006, ano XX – nº 211. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/211/suplec.php> Pesquisa em 22 de março 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*

2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf

Pesquisa em 22 de março 2017.

_____. **Os limites do capital**. Tradução: Magda Lopes – 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1975.



MARINI, Rui Mauro. **A dialética da dependência** (1973). In: TRASPADINI, R; STEDILE, J.P (org). 2 ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. –3ª ed— Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 7 ed.—São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, Tomo I e II. Edição Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III, Tomo I e II. Edição Nova Cultural, 1986.

_____. **O Capital: Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: LECH, 1978.

SANT'ANA, Raquel Santos **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço social**. São Paulo, Cortez 2012.

SOUZA, Cristiane L. Sabino de. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES/PPGPS, 2016.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Informe da OXFAM Brasil, novembro de 2016a. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-edesigualdade-no-brasil-rural> Pesquisa em 22 de março 2017.

_____. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**. Informe/resumo executivo. Oxfan Internacional: novembro, 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/terra_desigualdade-resumo_executivopt.pdf Pesquisa em 22 de março 2017

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhada**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016

VERGÉS, Armando Bartra. **El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida**. 1.ed -- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.

_____. **El hombre de hierro. Límites sociales y naturales del capital en la perspectiva de la Gran Crisis**. 2 ed.-- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2014.